

KUPFER, D. O Fluxo Circular. *Valor Econômico*, Rio de Janeiro, 13/12/2006.

O Fluxo Circular

13/12/2006

Talvez como rescaldo do recente debate eleitoral, tornou-se unânime a defesa da aceleração da taxa de crescimento da economia brasileira. Agora, a palavra de ordem é de que o PIB deverá expandir-se pelo menos 5% ao ano já a partir de 2007. O problema é que para crescer, uma economia necessita investir. Embora tão simples, é curioso que somente agora essa idéia tornou-se consensual. Resta, contudo, encontrar semelhante consenso para a especificação da fórmula salvadora que promoverá tão desejável resultado.

Sob muitos aspectos, 2006 foi um ano esquecível. Ao contrário de 2005, que foi o ano das oportunidades perdidas devido aos equívocos do Banco Central na condução excessivamente conservadora da política antiinflacionária, o ano que se encerra foi marcado pela sensação de esgotamento do modelo de política econômica adotado no país. De fato, mesmo após quinze meses de contínua redução da taxa básica de juros, não se conseguiu colocar a economia em movimento, mostrando que, se juros elevados são suficientes para travar o investimento, juros baixos não são suficientes para destravá-lo.

A colocação do investimento no centro da agenda da política econômica é, em si, uma boa notícia. A armadilha da política macroeconômica do baixo crescimento manifestou-se de forma muito negativa no ritmo de formação de capital da economia. A combinação de taxas de juros elevadas e taxas de câmbio valorizadas comprometeu a capacidade futura de expansão da produção, congelando o produto potencial e tornando mais difícil qualquer trajetória de crescimento mais rápido sem sobressaltos inflacionários. De fato, foi brutal a contração da capacidade de investimento da economia brasileira ocorrida após a crise do balanço de pagamentos de 1982, quando teve início o primado das políticas contracionistas. Particularmente nos setores de infra-estrutura, as lacunas de investimento se avolumaram, trazendo implicações muito negativas sobre a eficiência e a competitividade da produção industrial nacional. Uma estimativa da ABDIB avalia que o país esteja investindo em energia elétrica, transporte ou telecomunicações menos da metade e em saneamento menos de um terço do necessário, levando a um hiato de investimentos nessas infra-estruturas da ordem de 25 bilhões de dólares anuais.

A excessiva ênfase em políticas de curto prazo, voltadas para a estabilização macroeconômica (uma obsessão das autoridades econômicas há duas décadas), em detrimento de políticas estruturantes de longo prazo é, certamente, uma das responsáveis pelo desempenho sofrível da economia nacional. A principal fraqueza da política econômica nesses longos anos decorre da ausência de qualquer diagnóstico sobre as reais possibilidades e limites de um desenvolvimento abrangente da atividade produtiva no Brasil: a chamada "visão estratégica de longo prazo" sobre o desenvolvimento.

Já na década de 1950, Rosenstein-Rodan ou Albert Hirschman, dentre outros grandes teóricos do desenvolvimento, percebiam a existência de um círculo vicioso a desafiar os países atrasados. Nessas economias, argumentavam eles, as empresas não investiam porque não vislumbravam mercados para seus produtos ao mesmo tempo em que os mercados não floresciam devido ao baixo investimento das empresas. A solução para romper essa armadilha dependeria de uma ação

firme do Estado na promoção de investimentos. Uma linha de ação seria a do "Big Push" – um *tsunami* de investimentos que atacassem simultaneamente as diversas restrições que impediam a viabilização conjunta das diversas atividades, compatível com uma visão do crescimento como um processo equilibrado. Outra linha de ação seria o estímulo a setores-chave da matriz produtiva potencial, dotados de alto poder de encadeamento de demanda, para trás ou para frente, que se encarregariam de dinamizar a economia e atrair as decisões de investimentos do cluster correspondente de atividades produtivas, dentro de uma visão de desenvolvimento desequilibrado.

Obviamente, não se está advogando um retorno à década de 1950, pois, primeiro, a história não se repete e, segundo, a economia brasileira está em um estágio completamente distinto da fase nascente em que se encontrava há cinquenta anos. No mundo contemporâneo, como se pode depreender da análise das recentes experiências bem sucedidas de desenvolvimento de países emergentes asiáticos, a fórmula para o crescimento econômico reside, embora não exclusivamente, na combinação de duas ações essenciais. A primeira é a diversificação da estrutura produtiva em direção a um aumento do peso dos setores com maior conteúdo tecnológico, maior dinamismo da demanda e maior capacidade de geração de renda e riqueza. A segunda é a construção de mecanismos rápidos de incorporação de inovações na atividade produtiva, que são pré-condições para a primeira transformação.

Como colocar essa fórmula em prática no Brasil e, mais difícil, extrair resultados a curto prazo de um tratamento que normalmente produz seus efeitos em horizontes temporais mais longos, certamente não é tarefa simples. Tal como promovido nos emergentes asiáticos, será necessário desenhar ações específicas, visando coordenar investimentos que viabilizem a produção conjunta nos clusters de atividades inovativas e produtivas em que o estágio corrente de organização industrial no país não forneça as condições ideais de atratividade para os tomadores de decisão. Uma política industrial de coordenação eficiente de investimentos deve identificar com nitidez quais as restrições dessa natureza enfrentadas por setores industriais, grupos de empresas e regiões e desenvolver instrumentos e ações para minorar ou remover esses obstáculos, permitindo que a economia possa deslanchar em torno dos arranjos produtivos economicamente viáveis.

Uma política industrial bem sucedida na mobilização e coordenação de investimentos em inovação e diversificação produtiva terá como repercussão uma taxa mais elevada de crescimento econômico. Dado um nível de taxa de juros, de custo de capital e de potencial de crescimento de demanda é sempre possível, por meio de estabilização de expectativas ou de fornecimento de garantias de existência de mercados, alavancar uma taxa de investimento adicional. Enfim, para crescer uma economia necessita investir. Mas, para investir, uma economia precisa crescer... Feliz ano velho para todos nós.

David Kupfer é professor do Instituto de Economia da UFRJ e coordenador do Grupo de Indústria e Competitividade (GIC-IE/UFRJ – www.ie.ufrj.br/gic - gic@ie.ufrj.br)